



ANEXO I.1

Transparência, diálogo e
compromisso com as
pessoas atingidas.



Apresentação

Conhecer a trajetória para compreender o presente e construir o futuro

O rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho (MG), provocou profundas transformações na vida de milhares de pessoas e comunidades ao longo da Bacia do Rio Paraopeba.

Além das perdas humanas irreparáveis, a tragédia gerou impactos sociais, econômicos, culturais, ambientais e territoriais que continuam sendo sentidos pelas comunidades atingidas. Diante desse cenário, iniciou-se uma longa trajetória de mobilização social, reivindicação de direitos, construção de propostas e busca por mecanismos capazes de promover a reparação dos danos causados.

Foi nesse contexto que surgiu o Anexo I.1 – Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas, instrumento previsto no Acordo Judicial de Reparação e destinado à construção de iniciativas voltadas ao fortalecimento dos territórios atingidos.

No entanto, o Anexo I.1 não surgiu de forma imediata. Sua criação foi resultado de anos de debates, negociações, participação social e construção coletiva. Por trás desse instrumento existe uma trajetória marcada pela mobilização das comunidades, pelo reconhecimento dos danos coletivos, pela defesa da participação informada e pela construção de mecanismos que permitissem às pessoas atingidas contribuir para as decisões relacionadas ao futuro de seus territórios.

Este caderno apresenta, de forma resumida e acessível, os principais marcos dessa trajetória. Ao longo das próximas páginas, você conhecerá como o Anexo I.1 foi construído, quais foram os momentos mais importantes de sua evolução e quais são os desafios e perspectivas para os próximos anos.

Mais do que contar a história de um instrumento de reparação, este material busca registrar uma trajetória construída coletivamente pelas comunidades atingidas, reforçando a importância da participação, do diálogo e do protagonismo comunitário na construção dos caminhos da reparação.



A EVOLUÇÃO DO ANEXO I.1

— EM UM ÚNICO OLHAR —



2019



Rompimento da Barragem

Início da tragédia e dos impactos sobre pessoas, comunidades e territórios.



2019



Mobilização das Comunidades

Organização dos atingidos e início da luta por reconhecimento e reparação.



2020



Construção das Reivindicações Coletivas

Fortalecimento dos debates sobre danos coletivos e participação social.



2021



Assinatura do Acordo Judicial



2021



Nascimento do Anexo I.1

Criação dos Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas.



2021-2024



Construção da Governança

Definição das regras, responsabilidades e mecanismos de participação.



2023-2026



Participação Informada e ATIs

Fortalecimento da participação das comunidades e apoio técnico aos territórios.



2025-2026



Diagnósticos e Escutas Territoriais

Identificação das necessidades, desafios e potencialidades dos territórios.



2026



Demandas Comunitárias

Construção coletiva das prioridades das comunidades.



2026



Propostas e Projetos

Transformação das demandas em iniciativas estruturadas.



2026
em diante



Implementação

Execução das ações voltadas ao fortalecimento dos territórios.



FUTURO



Legado e Desenvolvimento Territorial

Construção de resultados duradouros para as atuais e futuras gerações.

● Mensagem-Chave

O Anexo I.1 não surgiu de forma imediata.

Ele é resultado de anos de mobilização, diálogo, participação e construção coletiva. Conhecer essa trajetória é compreender como as demandas das comunidades se transformaram em um importante instrumento de reparação coletiva.



Capítulo 01

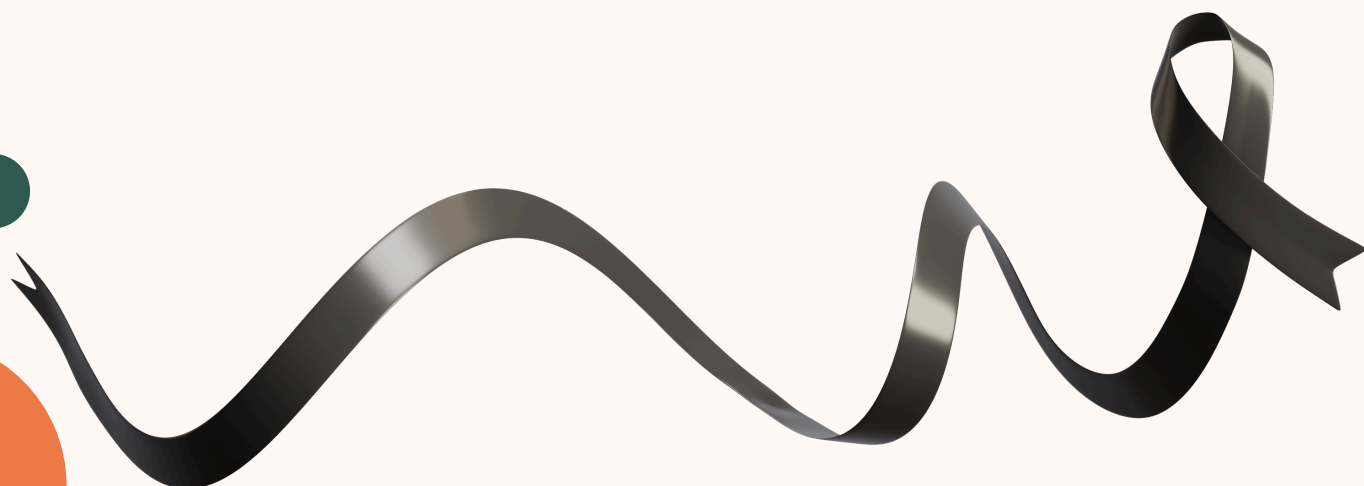
2019 – O INÍCIO DE UMA NOVA REALIDADE

O rompimento e seus impactos

O dia 25 de janeiro de 2019 marcou profundamente a história de Brumadinho e de diversos territórios ao longo da Bacia do Rio Paraopeba. O rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão provocou perdas humanas irreparáveis e desencadeou uma série de impactos sociais, econômicos, culturais, ambientais e territoriais que passaram a afetar milhares de pessoas e comunidades.

Além dos danos imediatos, a tragédia alterou rotinas, comprometeu atividades produtivas, afetou relações comunitárias e trouxe incertezas sobre o futuro de muitas famílias e territórios.

À medida que os impactos eram percebidos, tornava-se cada vez mais evidente que a reparação precisaria considerar não apenas os prejuízos individuais, mas também os efeitos coletivos sofridos pelas comunidades.



Capítulo 01

2019 – O INÍCIO DE UMA NOVA REALIDADE

O início da mobilização

Nos meses que se seguiram ao rompimento, comunidades atingidas começaram a se organizar para compreender os impactos da tragédia e reivindicar seus direitos.

Foram realizados encontros, reuniões, audiências públicas e diversas iniciativas de mobilização social.

Em diferentes localidades surgiam perguntas importantes:

- Como os danos seriam reconhecidos?
- Quem seria responsável pela reparação?
- Como as comunidades poderiam participar das decisões?
- Quais medidas seriam necessárias para reconstruir os territórios?

Esses espaços de diálogo permitiram que as pessoas compartilhassem experiências, identificassem problemas comuns e fortalecessem a defesa de seus direitos.



Capítulo 01

2019 – O INÍCIO DE UMA NOVA REALIDADE

O fortalecimento da luta por reparação

Ao longo de 2019, as discussões avançaram e as comunidades passaram a defender a necessidade de uma reparação que considerasse a diversidade dos impactos vivenciados nos territórios.

Mais do que soluções emergenciais, crescia a compreensão de que seria necessário construir mecanismos capazes de promover a reconstrução das condições de vida, fortalecer os territórios e garantir a participação das pessoas atingidas nas decisões relacionadas ao processo de reparação.

Esse movimento de mobilização e organização comunitária seria fundamental para os debates que ocorreriam nos anos seguintes e para a construção dos instrumentos que mais tarde dariam origem ao Anexo I.1.



Capítulo 01

2019 – O INÍCIO DE UMA NOVA REALIDADE

O que este período deixou como legado?

O ano de 2019 representou o início de uma trajetória que ainda está em construção.

Foi o período em que as comunidades começaram a transformar a dor em mobilização, fortalecendo a defesa de direitos e construindo as bases para a participação nos processos de reparação.

Os debates iniciados naquele momento contribuíram para consolidar princípios que continuariam presentes nos anos seguintes:

- ✓ reconhecimento dos impactos sofridos pelas comunidades;
- ✓ defesa da participação das pessoas atingidas;
- ✓ valorização dos territórios e de suas realidades;
- ✓ construção coletiva dos caminhos para a reparação.

Esses elementos se tornariam fundamentais para a evolução do Anexo I.1 e para a construção dos processos participativos que seriam desenvolvidos posteriormente.



Capítulo 01

2019 – O INÍCIO DE UMA NOVA REALIDADE



DESTAQUES DE 2019



25 de janeiro – Rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão.



Mobilização das comunidades – Início da organização dos atingidos e dos espaços de diálogo.



Defesa de direitos – Crescimento das reivindicações por reconhecimento dos impactos e participação nos processos de reparação.



Construção das bases do futuro – Fortalecimento dos debates que mais tarde contribuiriam para a criação do Anexo I.1.



Capítulo 02

2020 – A CONSTRUÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COLETIVAS

Quando as comunidades começaram a construir caminhos para a reparação

Ao longo de 2020, as comunidades atingidas continuaram enfrentando os impactos decorrentes do rompimento da barragem. Ao mesmo tempo, ampliaram sua organização e participação nos debates relacionados à reparação.

À medida que as discussões avançavam, tornava-se cada vez mais evidente que muitos dos danos provocados pela tragédia não afetavam apenas indivíduos ou famílias, mas também comunidades inteiras.

Diversos territórios passaram a enfrentar desafios relacionados à economia local, às atividades produtivas, às relações comunitárias, à cultura, ao lazer e às perspectivas de desenvolvimento para o futuro.

Diante dessa realidade, as comunidades começaram a defender que a reparação deveria considerar não apenas perdas individuais, mas também os impactos coletivos sofridos pelos territórios.



Capítulo 02

2020 – A CONSTRUÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COLETIVAS

O fortalecimento da participação das comunidades

Durante esse período, reuniões, audiências e espaços de diálogo ganharam ainda mais importância.

As comunidades passaram a discutir não apenas os danos causados pelo rompimento, mas também quais seriam os caminhos necessários para reconstruir e fortalecer seus territórios.

Esses espaços permitiram que diferentes grupos sociais compartilhassem suas experiências, identificassem desafios comuns e refletissem sobre prioridades para o futuro.

Foi nesse contexto que se fortaleceu a compreensão de que as pessoas atingidas precisavam participar das decisões relacionadas à reparação.

Mais do que receber informações, as comunidades reivindicavam a possibilidade de contribuir para a construção das soluções.



Capítulo 02

2020 – A CONSTRUÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COLETIVAS

O reconhecimento dos danos coletivos

Um dos avanços mais importantes de 2020 foi o fortalecimento das discussões sobre os chamados danos coletivos.

As comunidades passaram a demonstrar que muitos impactos não poderiam ser solucionados apenas por meio de medidas voltadas a indivíduos.

Havia também prejuízos que afetavam o funcionamento dos territórios como um todo.

Entre os temas frequentemente discutidos estavam:

- fortalecimento da economia local;
- recuperação das atividades produtivas;
- valorização da cultura;
- apoio às organizações comunitárias;
- fortalecimento dos vínculos sociais;
- melhoria das condições para o desenvolvimento dos territórios.

Essa compreensão foi fundamental para a construção de novas propostas relacionadas à reparação.



Capítulo 02

2020 – A CONSTRUÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COLETIVAS

As primeiras discussões sobre demandas comunitárias

Ao longo de 2020, as comunidades começaram a refletir sobre quais iniciativas poderiam contribuir para enfrentar os desafios existentes e fortalecer os territórios.

Essas reflexões deram origem às primeiras discussões sobre demandas comunitárias, ou seja, necessidades e prioridades identificadas coletivamente pelas próprias comunidades.

Mais do que apontar problemas, os territórios passaram a discutir possibilidades de futuro.

Esse movimento seria essencial para a construção dos mecanismos que, posteriormente, dariam origem ao Anexo I.1.



Capítulo 02

2020 – A CONSTRUÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COLETIVAS

Preparando o caminho para uma nova etapa

Ao final de 2020, importantes avanços já haviam sido alcançados.

As comunidades estavam mais organizadas, os debates sobre participação haviam se fortalecido e as discussões sobre danos coletivos e desenvolvimento territorial ganhavam cada vez mais espaço.

Esse processo ajudou a construir as bases para um importante marco que aconteceria no ano seguinte: a assinatura do Acordo Judicial de Reparação e a criação do Anexo I.1.

O ano de 2020 foi, portanto, um período de construção coletiva, fortalecimento das reivindicações e preparação para uma nova etapa da trajetória da reparação.



Capítulo 02

2020 – A CONSTRUÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COLETIVAS



DESTAQUES DE 2020



Fortalecimento da organização comunitária – Ampliação dos espaços de diálogo e participação.



Construção coletiva das reivindicações – Comunidades passam a discutir soluções para seus territórios.



Reconhecimento dos danos coletivos – Cresce a compreensão de que muitos impactos afetam comunidades inteiras.



Primeiras discussões sobre demandas comunitárias – Início das reflexões sobre prioridades e oportunidades para os territórios.



Preparação para o Acordo Judicial – Consolidação dos debates que contribuiriam para a criação do Anexo I.1.



Capítulo 03

2021 – O ACORDO JUDICIAL E O NASCIMENTO DO ANEXO I.1

Um marco na trajetória da reparação

Após dois anos de mobilização das comunidades, debates sobre os impactos do rompimento e discussões sobre os caminhos da reparação, o ano de 2021 representou um importante marco para os territórios atingidos.

Em 4 de fevereiro de 2021, foi firmado o Acordo Judicial para Reparação Integral dos danos decorrentes do rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão.

O acordo estabeleceu um conjunto de medidas destinadas a enfrentar os diversos impactos provocados pela tragédia, contemplando ações voltadas às pessoas atingidas, aos territórios afetados e à sociedade como um todo.

Mais do que um documento jurídico, o acordo representou a construção de compromissos relacionados à reparação dos danos sociais, econômicos, culturais, ambientais e coletivos causados pelo rompimento.



Capítulo 03

2021 – O ACORDO JUDICIAL E O NASCIMENTO DO ANEXO I.1

O reconhecimento da importância dos territórios

As discussões realizadas desde 2019 haviam demonstrado que muitos dos impactos sofridos pelas comunidades ultrapassavam as perdas individuais.

Diversos territórios enfrentavam desafios relacionados ao fortalecimento de suas atividades econômicas, à recuperação de vínculos comunitários, à valorização de suas culturas e à construção de perspectivas para o futuro.

Por essa razão, tornou-se necessário criar instrumentos capazes de apoiar iniciativas voltadas ao fortalecimento dos territórios atingidos.

Foi nesse contexto que surgiu uma das mais importantes inovações previstas no Acordo Judicial:

o Anexo I.1.



Capítulo 03

2021 – O ACORDO JUDICIAL E O NASCIMENTO DO ANEXO I.1

O nascimento do Anexo I.1

O Anexo I.1 foi criado com o objetivo de apoiar projetos relacionados às demandas das comunidades atingidas.

Sua proposta representou um importante avanço dentro do processo de reparação.

Ao invés de definir previamente quais ações seriam executadas nos territórios, o Anexo I.1 foi concebido para permitir que as próprias comunidades participassem da construção das prioridades e das propostas voltadas ao fortalecimento de seus territórios.

Esse modelo reconhece que as pessoas atingidas possuem conhecimentos fundamentais sobre suas realidades e devem participar da construção das soluções relacionadas ao seu futuro.



Capítulo 03

2021 – O ACORDO JUDICIAL E O NASCIMENTO DO ANEXO I.1

Uma conquista construída pelas comunidades

Embora o Anexo I.1 tenha sido formalmente criado em 2021, sua origem está diretamente ligada às mobilizações e reivindicações realizadas pelas comunidades desde os primeiros meses após o rompimento.

Os debates sobre danos coletivos, participação social, fortalecimento dos territórios e desenvolvimento comunitário contribuíram para a construção desse importante instrumento de reparação.

Por isso, a história do Anexo I.1 também é a história da participação das comunidades na defesa de seus direitos e na construção de caminhos para a reparação.



Capítulo 03

2021 – O ACORDO JUDICIAL E O NASCIMENTO DO ANEXO I.1

O início de uma nova etapa

A criação do Anexo I.1 representou apenas o começo de uma nova fase.

A partir daquele momento, surgia um novo desafio: transformar aquilo que estava previsto no acordo em um processo capaz de funcionar na prática.

Seria necessário construir regras, definir responsabilidades, criar mecanismos de participação e estruturar formas de gestão capazes de garantir que as comunidades pudessem efetivamente participar da construção das iniciativas voltadas aos seus territórios.

Esse processo ocuparia os anos seguintes e daria origem à governança do Anexo I.1.



Capítulo 03

2021 – O ACORDO JUDICIAL E O NASCIMENTO DO ANEXO I.1



DESTAQUES DE 2021



Assinatura do Acordo Judicial de Reparação – Definição de compromissos e medidas voltadas à reparação dos danos causados pelo rompimento.



Criação do Anexo I.1 – Surgimento do instrumento destinado aos Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas.



Reconhecimento da importância dos territórios – Fortalecimento da perspectiva de reparação coletiva e desenvolvimento territorial.



Valorização da participação das comunidades – Reconhecimento da necessidade de envolver as pessoas atingidas na construção das prioridades e propostas.



Início da construção da governança – Surgimento dos debates sobre regras, responsabilidades e mecanismos de funcionamento do Anexo I.1.



Capítulo 04

2021 A 2024 – A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DO ANEXO I.1

Transformando uma proposta em realidade

A criação do Anexo I.1 em 2021 representou uma importante conquista para as comunidades atingidas. No entanto, para que esse instrumento pudesse funcionar na prática, era necessário construir regras, definir responsabilidades e estabelecer mecanismos capazes de garantir a participação das comunidades e a adequada gestão dos recursos destinados à reparação.

Por essa razão, os anos seguintes foram dedicados à construção da governança do Anexo I.1.

Esse processo envolveu debates, negociações e definições voltadas à criação das estruturas necessárias para viabilizar a implementação do Anexo I.1 de forma transparente, organizada e participativa.



Capítulo 04

2021 A 2024 – A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DO ANEXO I.1

A construção das regras do processo

Após a assinatura do Acordo Judicial, surgiu um importante desafio: definir como o Anexo I.1 funcionaria.

Era preciso responder perguntas fundamentais:

- Como as comunidades participariam das decisões?
- Quem seria responsável pela gestão dos recursos?
- Como os projetos seriam construídos?
- Quais seriam os mecanismos de acompanhamento e fiscalização?
- Como garantir transparência ao longo do processo?

Responder a essas questões exigiu a construção de uma estrutura capaz de organizar as diferentes etapas do Anexo I.1.

Ao longo desse período, foram definidos procedimentos, responsabilidades e mecanismos destinados a garantir segurança, participação e efetividade ao processo.



Capítulo 04

2021 A 2024 – A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DO ANEXO I.1

O fortalecimento da participação

Um dos principais objetivos da governança foi assegurar que as comunidades atingidas ocupassem papel central na construção das decisões relacionadas aos seus territórios.

Os debates realizados nesse período reforçaram a importância da participação social como elemento fundamental para o funcionamento do Anexo I.1.

A construção da governança buscou criar condições para que as comunidades pudessem contribuir de forma efetiva para a identificação de prioridades, elaboração de propostas e acompanhamento das iniciativas relacionadas à reparação.



Capítulo 04

2021 A 2024 – A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DO ANEXO I.1

Transparência e controle social

Outro aspecto importante da construção da governança foi a definição de mecanismos voltados à transparência e ao controle social.

A utilização dos recursos destinados à reparação exige processos claros, acompanhamento permanente e acesso à informação.

Por isso, ao longo desse período foram discutidas formas de garantir que as comunidades e demais atores envolvidos pudessem acompanhar as decisões, compreender os processos e participar do monitoramento das ações relacionadas ao Anexo I.1.

Esses elementos passaram a ser considerados fundamentais para fortalecer a confiança e a legitimidade do processo.



Capítulo 04

2021 A 2024 – A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DO ANEXO I.1

A preparação para uma nova etapa

Ao final desse período, importantes bases já haviam sido construídas.

A governança do Anexo I.1 passou a contar com estruturas, responsabilidades e mecanismos capazes de apoiar seu funcionamento e preparar o caminho para as próximas etapas.

Com as regras mais consolidadas, o foco começaria a se voltar cada vez mais para os territórios, para a participação das comunidades e para a construção das condições necessárias à elaboração das futuras demandas e propostas.

Essa transição marcaria o início de uma nova fase da trajetória do Anexo I.1.



Capítulo 04

2021 A 2024 – A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DO ANEXO I.1



DESTAQUES DE 2021 A 2024



Construção da Governança – Desenvolvimento das regras e estruturas necessárias para o funcionamento do Anexo I.1.



Fortalecimento da Participação – Consolidação da participação das comunidades como elemento central do processo.



Definição de responsabilidades – Estruturação dos papéis dos diferentes atores envolvidos.



Transparência e Controle Social – Construção dos mecanismos de acompanhamento e monitoramento.



Preparação para a implementação – Criação das bases necessárias para o avanço das próximas etapas do Anexo I.1.



Capítulo 05

2023 A 2026 – PARTICIPAÇÃO INFORMADA E FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES

Preparando os territórios para uma participação qualificada

À medida que a governança do Anexo I.1 avançava, tornou-se cada vez mais evidente que a participação das comunidades exigia mais do que espaços de diálogo e tomada de decisão.

Era necessário garantir que as pessoas atingidas tivessem acesso às informações necessárias para compreender os processos em andamento e participar de forma consciente da construção das propostas voltadas aos seus territórios.

Foi nesse contexto que a participação informada ganhou ainda mais importância dentro da trajetória do Anexo I.1.

Entre 2023 e 2026, diferentes iniciativas passaram a ser desenvolvidas com o objetivo de fortalecer o acesso à informação, ampliar o diálogo com as comunidades e apoiar os processos de participação nos territórios atingidos.



Capítulo 05

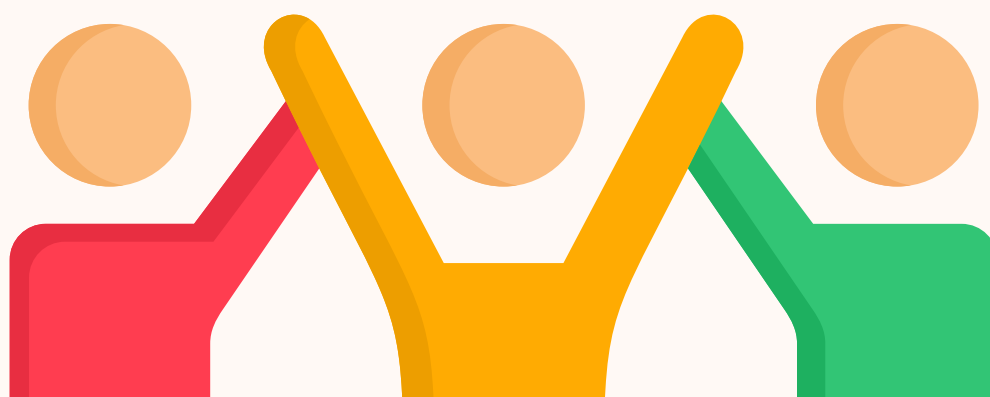
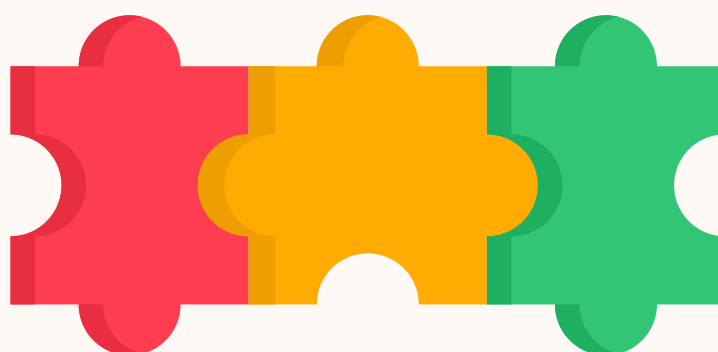
2023 A 2026 – PARTICIPAÇÃO INFORMADA E FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES

O fortalecimento da participação informada

Ao longo desse período, cresceu a compreensão de que a participação se torna mais efetiva quando as comunidades possuem condições de compreender os temas discutidos e os processos relacionados à reparação.

Por essa razão, foram ampliadas ações voltadas à circulação de informações, realização de atividades formativas, promoção de diálogos comunitários e fortalecimento da capacidade de participação dos territórios.

O objetivo era criar condições para que as comunidades pudessem acompanhar a evolução do Anexo I.1, compreender suas etapas e contribuir para a construção das decisões relacionadas ao futuro dos seus territórios.



Capítulo 05

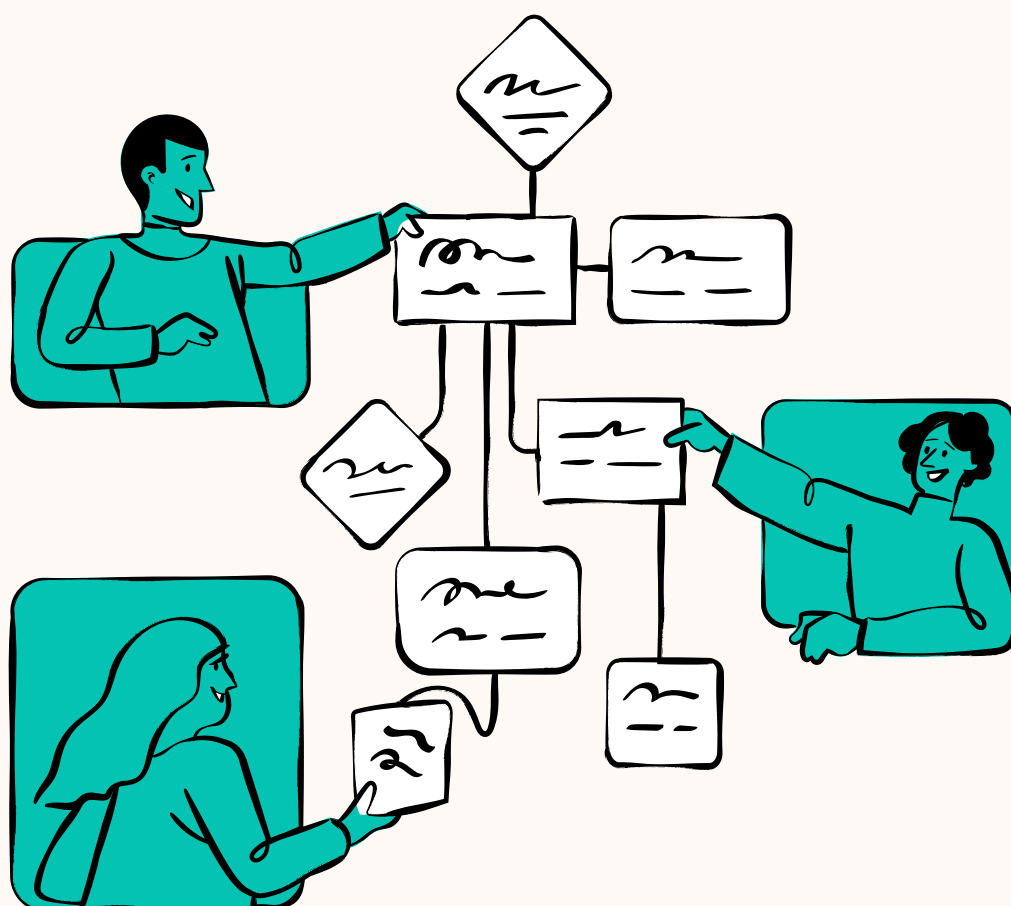
2023 A 2026 – PARTICIPAÇÃO INFORMADA E FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES

Comunidades mais preparadas para construir o futuro

O fortalecimento da participação informada ajudou a criar condições para uma atuação cada vez mais ativa das comunidades.

Com maior acesso às informações e ampliação dos espaços de diálogo, os territórios passaram a se preparar para uma nova etapa do processo: a identificação das demandas comunitárias e a construção das propostas voltadas ao fortalecimento dos territórios atingidos.

Essa preparação foi fundamental para que as comunidades pudessem contribuir de forma qualificada para os processos que seriam desenvolvidos nos anos seguintes.



Capítulo 05

2023 A 2026 – PARTICIPAÇÃO INFORMADA E FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES

Uma etapa de construção coletiva

Mais do que transmitir informações, esse período foi marcado pela construção coletiva do conhecimento.

As experiências das comunidades, seus saberes e suas vivências passaram a dialogar com informações técnicas e institucionais, fortalecendo os processos participativos e ampliando as condições para a construção das futuras iniciativas do Anexo I.1.

Ao final dessa etapa, os territórios encontravam-se mais preparados para avançar na identificação de prioridades, elaboração de propostas e construção de projetos voltados à reparação coletiva e ao desenvolvimento comunitário.



Capítulo 05

2023 A 2026 – PARTICIPAÇÃO INFORMADA E FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES



DESTAQUES DE 2023 A 2026



Fortalecimento da Participação Informada – Ampliação das ações voltadas ao acesso à informação e ao fortalecimento da participação das comunidades.



Formação e mobilização comunitária – Realização de atividades de diálogo, formação e compartilhamento de informações.



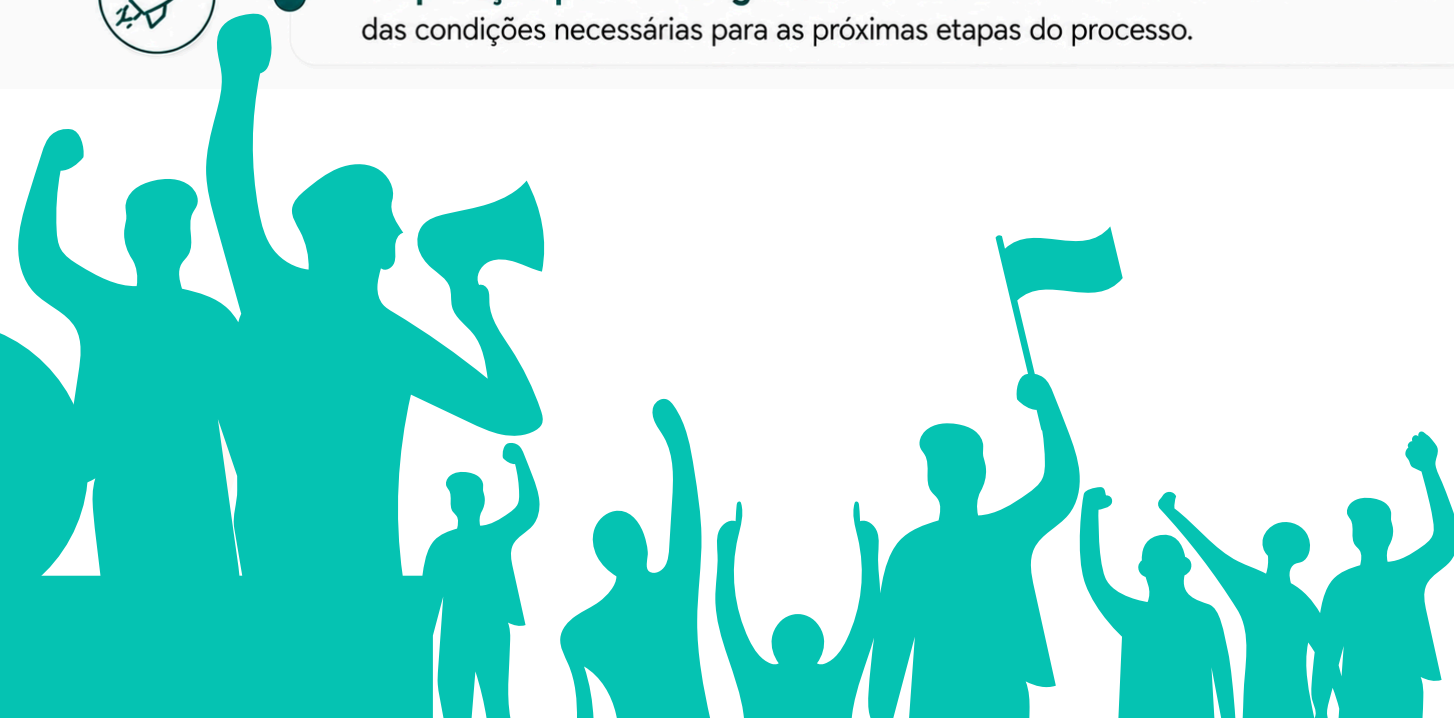
Atuação das ATIs – Apoio aos processos participativos e fortalecimento dos territórios.



Ampliação dos espaços de diálogo – Estímulo à participação das comunidades nas discussões relacionadas ao Anexo I.1.



Preparação para os diagnósticos e demandas comunitárias – Fortalecimento das condições necessárias para as próximas etapas do processo.



Capítulo 06

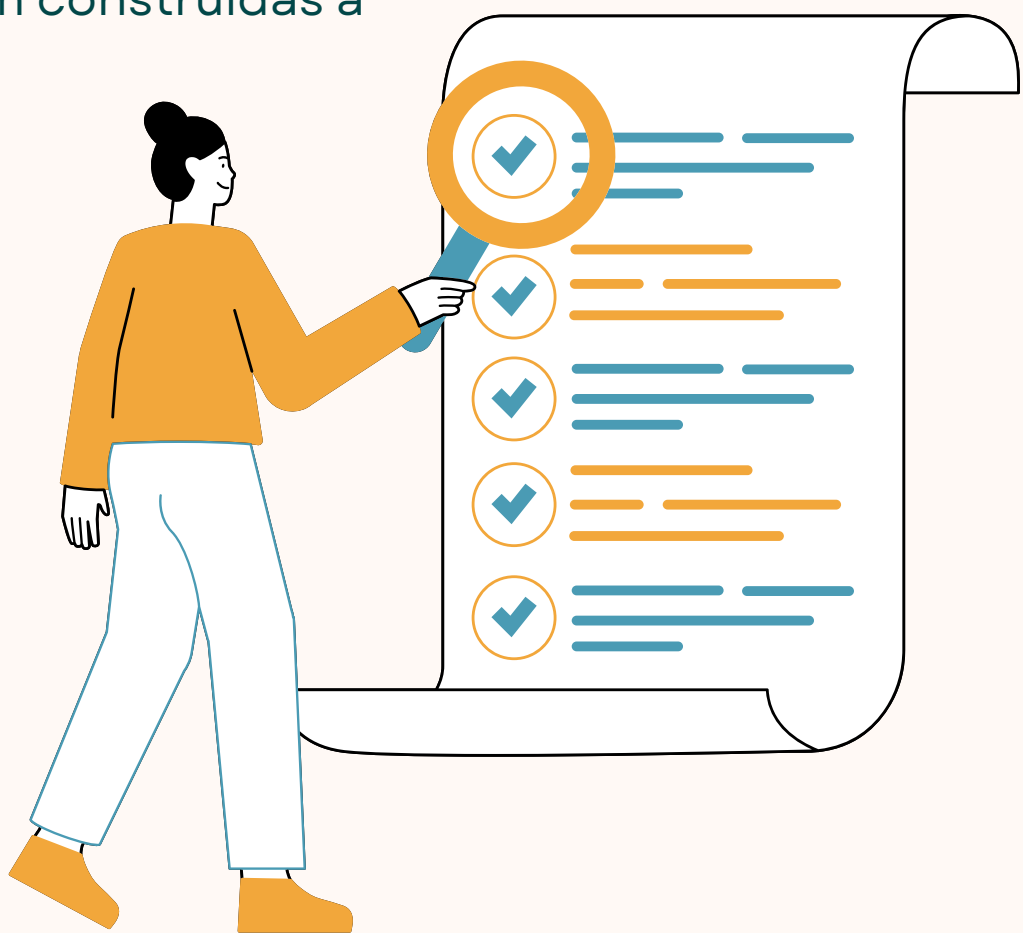
2025 A 2026 – DOS TERRITÓRIOS ÀS DEMANDAS COMUNITÁRIAS

O momento de ouvir os territórios

Após a construção da governança e o fortalecimento da participação informada, o Anexo I.1 avançou para uma etapa fundamental: a aproximação com os territórios e a identificação das prioridades das comunidades atingidas.

Se os anos anteriores foram dedicados à construção das regras e dos mecanismos de participação, agora o foco passava a ser compreender as realidades locais, ouvir as comunidades e identificar os desafios, necessidades e oportunidades existentes em cada território.

Essa etapa foi essencial para garantir que as futuras iniciativas do Anexo I.1 fossem construídas a partir das experiências, expectativas e prioridades das próprias comunidades.



Capítulo 06

2025 A 2026 – DOS TERRITÓRIOS ÀS DEMANDAS COMUNITÁRIAS

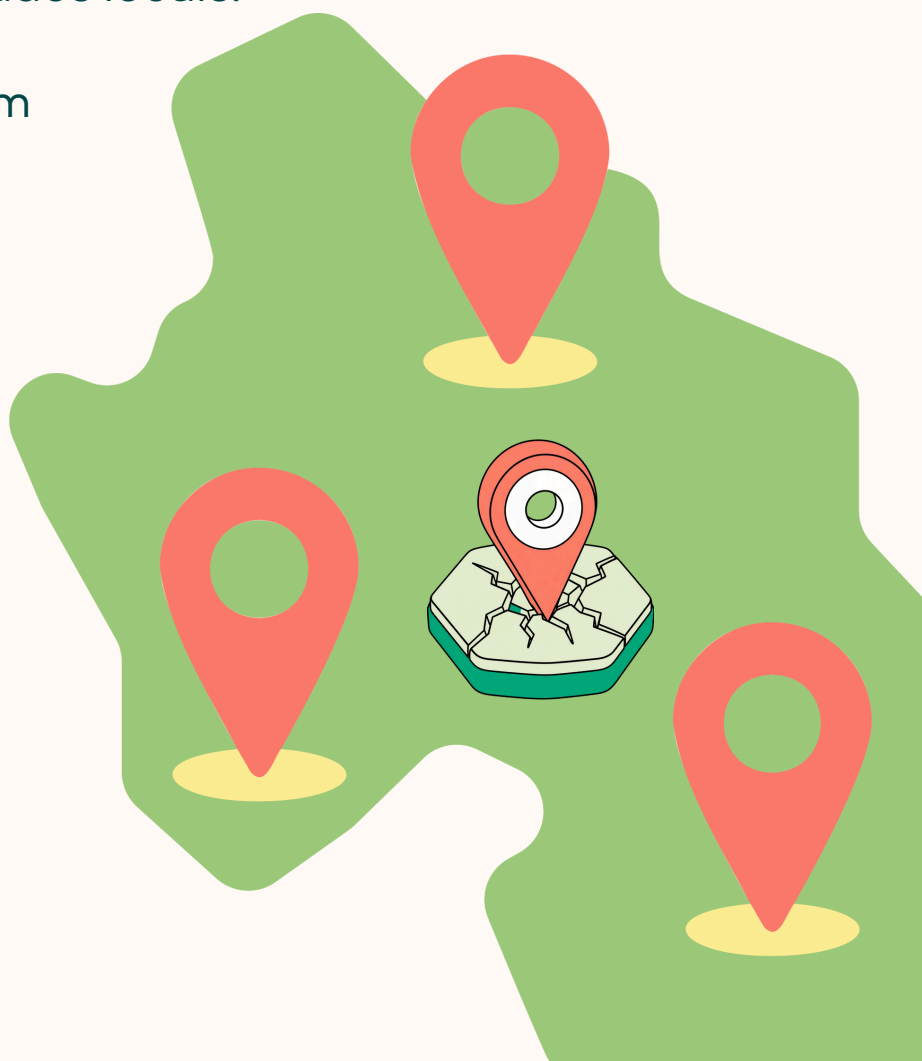
Conhecendo as realidades locais

Os territórios atingidos possuem histórias, características e necessidades diferentes.

Por essa razão, tornou-se necessário desenvolver processos capazes de compreender as especificidades de cada comunidade e identificar os elementos que deveriam ser considerados na construção das futuras propostas.

Ao longo desse período, foram realizados processos de escuta, diálogos comunitários, reuniões e outras atividades voltadas à compreensão das realidades locais.

Esses espaços permitiram que as comunidades compartilhassem suas percepções sobre os impactos vivenciados, os desafios existentes e as possibilidades de fortalecimento de seus territórios.



Capítulo 06

2025 A 2026 – DOS TERRITÓRIOS ÀS DEMANDAS COMUNITÁRIAS

Identificando prioridades

A partir das escutas e dos diálogos realizados, as comunidades passaram a discutir quais temas consideravam mais importantes para o futuro de seus territórios.

Essas discussões permitiram identificar prioridades relacionadas a diferentes áreas, como desenvolvimento econômico, fortalecimento comunitário, cultura, juventude, agricultura, turismo, geração de renda e valorização das potencialidades locais.

Mais do que listar problemas, esse processo buscou construir uma visão coletiva sobre as necessidades e oportunidades presentes nos territórios.



Capítulo 06

2025 A 2026 – DOS TERRITÓRIOS ÀS DEMANDAS COMUNITÁRIAS

A construção das demandas comunitárias

Com o avanço das discussões, as prioridades identificadas pelas comunidades começaram a ser organizadas em demandas comunitárias.

Essas demandas representam necessidades e interesses coletivos construídos a partir da participação das pessoas atingidas.

Sua elaboração foi resultado de processos de diálogo e reflexão que buscaram garantir que diferentes perspectivas e experiências fossem consideradas.

Ao longo dessa etapa, as comunidades passaram a assumir papel cada vez mais ativo na construção dos caminhos relacionados ao futuro dos seus territórios.



Capítulo 06

2025 A 2026 – DOS TERRITÓRIOS ÀS DEMANDAS COMUNITÁRIAS

Preparando a construção das propostas

A identificação das demandas comunitárias representou um passo importante na evolução do Anexo I.1.

A partir desse momento, surgiram as condições necessárias para avançar para uma nova fase: a transformação dessas demandas em propostas e projetos capazes de contribuir para a reparação coletiva e para o fortalecimento dos territórios.

Esse processo marcaria a transição entre a identificação das necessidades e a construção de iniciativas concretas voltadas ao desenvolvimento comunitário.



Capítulo 06

2025 A 2026 – DOS TERRITÓRIOS ÀS DEMANDAS COMUNITÁRIAS



DESTAQUES DE 2025 A 2026



Escutas e diálogos territoriais – Aproximação com as comunidades e compreensão das realidades locais.



Participação das comunidades – Ampliação da contribuição dos territórios na construção das prioridades.



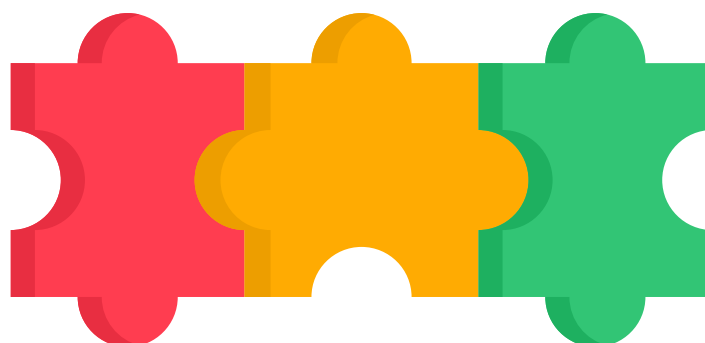
Identificação das demandas comunitárias – Organização das necessidades e interesses coletivos dos territórios.



Reconhecimento das potencialidades locais – Valorização dos recursos, capacidades e oportunidades existentes nas comunidades.



Preparação para a construção das propostas – Criação das bases para o desenvolvimento das futuras iniciativas do Anexo I.1.



Capítulo 07

2026 E OS PRÓXIMOS PASSOS – DAS DEMANDAS À IMPLEMENTAÇÃO

Transformando prioridades em ações concretas

Após a identificação das demandas comunitárias, o Anexo I.1 avança para uma nova etapa: a construção das propostas e a implementação das iniciativas voltadas aos territórios atingidos.

Esse é o momento em que as prioridades apontadas pelas comunidades começam a ser transformadas em ações concretas, capazes de contribuir para a reparação coletiva e para o fortalecimento dos territórios.

Mais do que elaborar projetos, essa etapa busca construir iniciativas que dialoguem com as necessidades identificadas pelas comunidades e que possam gerar benefícios duradouros para as atuais e futuras gerações.



Capítulo 07

2026 E OS PRÓXIMOS PASSOS – DAS DEMANDAS À IMPLEMENTAÇÃO

Da demanda à proposta

As demandas construídas pelas comunidades representam importantes orientações para o futuro dos territórios.

A partir delas, inicia-se um processo de elaboração de propostas que busca organizar ideias, definir objetivos e estruturar iniciativas voltadas ao enfrentamento dos desafios identificados.

Esse processo permite transformar necessidades coletivas em projetos capazes de promover melhorias e fortalecer o desenvolvimento dos territórios.



Capítulo 07

2026 E OS PRÓXIMOS PASSOS – DAS DEMANDAS À IMPLEMENTAÇÃO

O início da implementação

Com o avanço da construção das propostas, o Anexo I.1 passa gradualmente para a fase de implementação.

Essa etapa envolve a execução das ações planejadas, a utilização dos recursos destinados aos projetos e o acompanhamento das iniciativas desenvolvidas.

A implementação representa a transformação do planejamento em realidade.

É quando os esforços realizados ao longo dos anos começam a produzir resultados concretos nos territórios.





Capítulo 07

2026 E OS PRÓXIMOS PASSOS – DAS DEMANDAS À IMPLEMENTAÇÃO

Construindo um legado para os territórios

O Anexo I.1 foi concebido para contribuir não apenas com a execução de projetos, mas também com o fortalecimento das capacidades locais e com a construção de oportunidades para o futuro.

Ao apoiar iniciativas construídas a partir das demandas comunitárias, busca-se promover resultados capazes de gerar impactos positivos duradouros nos territórios atingidos.

O verdadeiro legado do Anexo I.1 será construído ao longo dos próximos anos, por meio da participação das comunidades, do fortalecimento dos territórios e da implementação das ações voltadas à reparação coletiva.



Capítulo 07

2026 E OS PRÓXIMOS PASSOS – DAS DEMANDAS À IMPLEMENTAÇÃO

Uma história que continua sendo escrita

A trajetória apresentada neste caderno demonstra que o Anexo I.1 é resultado de anos de mobilização, diálogo e construção coletiva.

Desde o rompimento da barragem até os dias atuais, diferentes etapas foram percorridas para tornar possível a construção de iniciativas voltadas às demandas das comunidades atingidas.

Os próximos capítulos dessa história ainda estão sendo escritos.

E eles continuarão sendo construídos pelas comunidades, pelos processos participativos e pelo compromisso coletivo com a reparação e o fortalecimento dos territórios.



Capítulo 07

2026 E OS PRÓXIMOS PASSOS – DAS DEMANDAS À IMPLEMENTAÇÃO



DESTAQUES DE 2026 E DOS PRÓXIMOS ANOS



Construção das propostas – Transformação das demandas comunitárias em iniciativas estruturadas.



Implementação das ações – Início da execução das iniciativas voltadas aos territórios.



Participação contínua das comunidades – Acompanhamento e contribuição para os processos em andamento.



Monitoramento dos resultados – Avaliação dos avanços e dos impactos gerados.



Construção de legado – Fortalecimento dos territórios e promoção de resultados duradouros.



LINHA DO TEMPO COMPLETA

A EVOLUÇÃO DO ANEXO I.1

Uma trajetória construída pelas comunidades atingidas

25 DE JANEIRO DE 2019

O ROMPIMENTO DA BARRAGEM

O rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão marca o início de uma das maiores tragédias socioambientais do país.

Além das perdas humanas irreparáveis, comunidades de diferentes territórios passam a conviver com impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais que transformam profundamente suas realidades.

2019

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

Nos meses seguintes ao rompimento, comunidades atingidas começam a se organizar para compreender os impactos sofridos e reivindicar seus direitos.

Reuniões, audiências públicas e diversos espaços de diálogo fortalecem a mobilização social e a defesa da participação nos processos de reparação.

2020

CONSTRUÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COLETIVAS

As discussões avançam e fortalecem o reconhecimento de que muitos impactos afetam comunidades inteiras e não apenas indivíduos.

Crescem os debates sobre danos coletivos, desenvolvimento dos territórios e participação das comunidades na construção das soluções relacionadas à reparação.

LINHA DO TEMPO COMPLETA

A EVOLUÇÃO DO ANEXO I.1

Uma trajetória construída pelas comunidades atingidas

FEVEREIRO DE 2021

ASSINATURA DO ACORDO JUDICIAL

É firmado o Acordo Judicial de Reparação Integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem.

O acordo estabelece medidas voltadas à reparação dos impactos e cria instrumentos destinados ao fortalecimento dos territórios atingidos.

2021

NASCIMENTO DO ANEXO I.1

O Anexo I.1 passa a integrar oficialmente o Acordo Judicial.

Seu objetivo é apoiar projetos construídos a partir das demandas das comunidades atingidas, reconhecendo a importância da participação comunitária na definição das prioridades dos territórios.

2021 A 2024

CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA

Tem início o processo de construção das regras, estruturas e mecanismos necessários para o funcionamento do Anexo I.1.

Nesse período são definidos procedimentos, responsabilidades e formas de participação que irão orientar o desenvolvimento das etapas futuras.

LINHA DO TEMPO COMPLETA

A EVOLUÇÃO DO ANEXO I.1

Uma trajetória construída pelas comunidades atingidas

2023 A 2026

PARTICIPAÇÃO INFORMADA E FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES

A participação informada ganha ainda mais importância dentro do processo.

As Assessorias Técnicas Independentes contribuem para ampliar o acesso à informação, fortalecer o diálogo com as comunidades e apoiar os processos participativos nos territórios.

2025 A 2026

ESCUTAS TERRITORIAIS E IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS

As comunidades participam de processos de escuta, diálogo e construção coletiva voltados à identificação de suas prioridades.

Os territórios passam a discutir desafios, oportunidades e perspectivas para o futuro.

2026

CONSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS

As demandas identificadas pelas comunidades começam a ser transformadas em propostas voltadas ao fortalecimento dos territórios.

Essa etapa representa a transição entre a identificação das necessidades e a construção das soluções.

LINHA DO TEMPO COMPLETA

A EVOLUÇÃO DO ANEXO I.1

Uma trajetória construída pelas comunidades atingidas

2026 **IMPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS**

O Anexo I.1 avança para a implementação das ações construídas a partir das demandas comunitárias.

Tem início um novo momento da reparação, marcado pela execução das iniciativas e pelo acompanhamento dos resultados nos territórios.

O FUTURO

A história do Anexo I.1 continua sendo construída.

Os próximos capítulos dependerão da participação das comunidades, do fortalecimento dos territórios e da capacidade coletiva de transformar demandas em resultados capazes de gerar impactos positivos para as atuais e futuras gerações.



EM RESUMO



1 Rompimento



2 Mobilização



3 Reivindicações Coletivas



4 Acordo Judicial



5 Anexo I.1



6 Governança



7 Participação Informada



8 Escutas Territoriais



9 Demandas Comunitárias



10 Propostas



11 Implementação



12 Legado e Desenvolvimento dos Territórios

SAIBA MAIS

Quer conhecer a história completa do Anexo I.1?

Este caderno apresenta uma versão resumida da trajetória de construção do Anexo I.1, destacando seus principais marcos e etapas.

Para aprofundar seu conhecimento sobre esse processo, acesse o **Caderno Completo da Evolução do Anexo I.1**, onde você encontrará informações detalhadas sobre:

- A trajetória da reparação desde o rompimento da barragem;
- A construção do Acordo Judicial;
- O surgimento do Anexo I.1;
- A governança e os mecanismos de participação;
- A atuação das Assessorias Técnicas Independentes;
- Os processos de participação informada;
- Os diagnósticos participativos e as demandas comunitárias;
- A construção das propostas e projetos;
- O controle social e a transparência;
- Glossário completo de termos e conceitos.

**Acesse o material completo!
Escaneie o QRCode abaixo:**



A informação fortalece a participação.

Quanto mais conhecemos nossa história e compreendemos os processos em andamento, maiores são as possibilidades de contribuir para a construção do futuro dos nossos territórios.



MENSAGEM FINAL

Uma história construída por muitas mãos

A trajetória apresentada neste caderno demonstra que o Anexo I.1 não surgiu de forma imediata.

Ele é resultado de anos de mobilização, diálogo, participação e construção coletiva.

Desde 2019, comunidades atingidas, lideranças, organizações e instituições vêm contribuindo para a construção de um processo que busca fortalecer os territórios e apoiar iniciativas voltadas à reparação coletiva.

Cada reunião realizada.

Cada escuta promovida.

Cada proposta construída.

Cada participação em um espaço de diálogo.

Tudo isso ajudou a construir os caminhos percorridos até aqui.

Mas essa história ainda não terminou.

O Anexo I.1 continua avançando e novas etapas seguirão sendo construídas nos próximos anos.

O futuro desse processo dependerá da continuidade da participação, do fortalecimento das comunidades e da capacidade coletiva de transformar desafios em oportunidades para os territórios atingidos. Mais do que um instrumento de reparação, o Anexo I.1 representa uma oportunidade de construir iniciativas capazes de fortalecer vínculos comunitários, valorizar potencialidades locais e contribuir para o desenvolvimento dos territórios.

Que este material possa servir como um convite à participação e ao diálogo.

Porque a reparação se fortalece quando as comunidades conhecem sua história, compreendem seus direitos e participam da construção do seu futuro.

O Anexo I.1 continua sendo escrito.

E as comunidades seguem sendo suas principais protagonistas.



IBGP

Assessoria técnica independente

Transparência, diálogo e
compromisso com as
pessoas atingidas.

